

Decit celebra 10 anos de história em ciência e tecnologia em saúde

Pesquisadores e gestores realizam mais uma etapa de revisão da ANPPS

Integrantes da Rebrats debatem perspectivas para os próximos anos

Rede Nacional de Pesquisa Clínica elege novo centro coordenador

Decit faz balanço de parcerias institucionais

Decit celebra 10 anos de história em ciência e tecnologia em saúde



Leonor Pacheco, Reinaldo Guimarães e Carlos Aragão, presidente do CNPq, discursam sobre a história do Decit

O Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) do Ministério da Saúde comemorou 10 anos de atividade em apoio ao desenvolvimento da ciência voltada para a saúde em evento que reuniu pesquisadores, gestores e profissionais de saúde, o Decit 10 anos. O encontro foi realizado de 15 a 17 de dezembro de 2010, no Hotel Nacional, em Brasília, e teve como objetivo avaliar os progressos alcançados na implementação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), promover a revisão da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS) e o encontro nacional de estudos em redes de pesquisa e do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS), traçando um novo panorama para o fomento à pesquisa em saúde no Brasil. Cerca de 300 participantes estiveram presentes no evento.

A abertura, no dia 15 de dezembro, contou com palestra ministrada pelo então secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães. Em seu discurso, Reinaldo lembrou que a criação do Decit, no ano 2000, inaugurou um novo momento para a pesquisa em saúde no País e salientou a importância das parcerias intra e extragovernamentais desenvolvidas pelo Departamento, classificando-as como fundamental para o desenvolvimento do setor. Ele ainda fez uma retrospectiva

da criação do Decit, citando a I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, em 1994, como um antecedente importante para a criação do Departamento.

Além disso, a programação reservou dois momentos abertos ao público: o lançamento do Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (Rebec) e a cerimônia de premiação do Prêmio de Incentivo

em Ciência e Tecnologia para o SUS – 2010. As duas atividades aconteceram na manhã do dia 16 de dezembro.

Lançado pelo Ministério da Saúde, o Rebec é uma plataforma virtual de acesso gratuito que registrará estudos clínicos de pesquisadores estrangeiros e brasileiros. Além da divulgação de pesquisas, o Registro (www.ensaiosclinicos.gov.br) servirá também como fonte de informação para voluntários que queiram participar dos estudos sobre tratamentos, medicamentos, análise de procedimentos, entre outros temas da saúde. O projeto contou com a parceria da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) junto à Organização Pan-Americana de Saúde, por meio do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme/Opas/OMS).

Para Reinaldo Guimarães, o sistema dará maior transparência e acesso aos estudos clínicos realizados no País e no mundo e servirá como uma ferramenta de proteção dos sujeitos de pesquisa.

Segundo o técnico do Decit e responsável pelo projeto, Ricardo Gamarski, o sistema será o primeiro registro a dispor de dados sobre as pesquisas em português. “Como ainda não havia uma plataforma assim no País, os estudos eram registrados majoritariamente no *Clinical Trials*, registro norte-americano, e, portanto, só estavam disponíveis em inglês. Com o sistema brasileiro, será mais fácil para os portadores de doenças raras, por exemplo, localizarem os ensaios em andamento” — ressalta Gamarski.

Outra vantagem do sistema é que as pesquisas serão registradas independente de seus resultados, sejam positivos ou negativos. A estimativa é que sejam registrados por ano cerca de 200 estudos clínicos e que, no início de 2011, a plataforma seja reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como registro primário de ensaios clínicos.

Em sua nona edição, o Prêmio de Incentivo em Ciência

“A criação do Decit inaugurou um novo momento para a pesquisa em saúde no País”

Reinaldo Guimarães



Pesquisadores, ex-diretores e técnicos do Decit participam da cerimônia de abertura do evento

e Tecnologia para o SUS – 2010 premiou, em dinheiro, cinco pesquisas finalistas, totalizando R\$ 55 mil, e 22 projetos com menções honrosas. Os trabalhos premiados abordaram temas como H1N1, Malária, Tuberculose em terras indígenas, Controle da Hipertensão, entre outros.

Instituído em 2002, o Prêmio é uma atividade anual do Decit. A iniciativa promove a premiação de trabalhos científicos, valorizando e incentivando pesquisadores em estudos que visem o Sistema Único de Saúde (SUS) e as necessidades da população, tanto da perspectiva de seus desafios quanto no que tange a incorporação de tecnologias.

[Acesse](#) a lista completa dos finalistas premiados

Trajetória dos 10 anos de gestão do Decit é apresentada em plenária

No segundo dia do evento foi realizada a palestra “10 anos de Gestão do Decit” que contou com a participação da diretora Leonor Pacheco, do então secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães, e dos ex-diretores do Departamento, Suzanne Jacob Serruya e Luis Eugenio Portela de Souza.

Leonor Pacheco apresentou a trajetória e as ações desenvolvidas pelo Decit ao longo de seus 10 anos de existência, destacando ações de fomento à pesquisa, estudos em rede, Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), Gestão do Conhecimento e Pesquisa Clínica. A diretora destacou o trabalho de incentivo à pesquisa em saúde do Decit que, desde sua criação, fomentou cerca de 3.700 estudos e lembrou: “temos trabalhado em pesquisa científica com foco nas necessidades da saúde pública do Brasil”.

Reinaldo Guimarães ressaltou que, nos últimos anos, o então ministro José Gomes Temporão “trouxe para o Ministério da Saúde a necessidade de compreender a política de saúde também como uma ferramenta para o desenvolvimento do País”, preocupação que norteia o trabalho do Decit.

Para Suzane Serruya, a prova de que o Decit deu certo é que “nesses 10 anos, o Departamento foi capaz de criar e consolidar um grande marco conceitual, a ANPPS”. Já Luis Eugenio enfatizou a importância da atividade do Departamento para subsidiar o trabalho dos gestores em saúde: “o conhecimento científico produzido pode ser potencial para a gestão em saúde”. O crescimento da produção científica em saúde ao longo da última década também foi destacado por Luis Eugenio. O ex-diretor espera que “os avanços do Decit sejam potencializados para que o SUS se fortaleça e atenda cada vez melhor às necessidades de saúde da população”.

Percurso

Durante a 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, em 1994, teve início o debate sobre a importância do desenvolvimento científico e tecnológico em saúde. Diante desse novo cenário, o Decit foi criado em 1º de junho de 2000, pelo Decreto nº 3.496, com a missão de formular e implementar

Ex-diretores relembram momentos importantes de sua gestão no Departamento



um instrumento político e de gestão para a área de políticas de saúde, promovendo a articulação, a coordenação e a indução da área no âmbito do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. O Decreto também previa a definição de normas e estratégias para avaliação e incorporação de tecnologias em saúde; a promoção de pesquisas sobre impactos causados por fatores ambientais sobre a saúde; a definição de estratégias no campo da biossegurança; e a promoção e a difusão de conhecimentos científicos visando a incorporação nos serviços de saúde. Todas essas tarefas são, hoje, desempenhadas no Decit pelas equipes de Fomento à Pesquisa, Avaliação de Tecnologias em Saúde, Gestão do Conhecimento e Pesquisa Clínica.

Em 2010, o Departamento completou 10 anos de existência, trabalhando no campo da pesquisa científica voltada para as necessidades de saúde pública no Brasil. Durante esse período, o Departamento legitimou três importantes instrumentos políticos: a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS) e a Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde (PNGTS). Além disso, 3.700 estudos científicos foram fomentados, seguindo o princípio da descentralização e buscando aproximar academia e gestão pública no trabalho de produção de evidências científicas para subsidiar a elaboração de políticas e programas de saúde.

Espaços comuns promovem interação entre participantes

Durante todo o evento os participantes puderam interagir ao passar pelos espaços comuns montados no Hotel Nacional, como o Espaço Decit, área de exposição de publicações e painéis.

No Espaço Decit foi montado um *cyber* onde técnicos demonstravam ao público como funcionam os sistemas desenvolvidos pela Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento do Decit: o **SISC&T**, o **Pesquisa Saúde** e o **Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos**. A visitação foi expressiva e quem passou por lá pôde navegar pelos sistemas, conhecer suas ferramentas e possibilidades, além de avaliar o conteúdo, o funcionamento e a acessibilidade.

Na área de exposição foram disponibilizadas publicações produzidas pelo Departamento, como o livro

“Decit 10 anos” que conta a história do Departamento desde sua criação, a revista da Rede Nacional de Pesquisa Clínica, com textos sobre a Rede, sua ampliação e seus 32 centros e *folders* informativos sobre as atividades de Comunicação e Tecnologia da Informação lançados na ocasião. No mesmo espaço, estava em exposição o painel com a linha do tempo que destacou os marcos institucionais do Departamento. O ambiente também comportou totens que apresentavam atividades e projetos desenvolvidos no Departamento.

Durante os intervalos entre as plenárias e reuniões temáticas, esse espaço coletivo favoreceu a interação entre os participantes do evento, sendo um momento de descontração, troca de conhecimentos e experiências.

Publicações e painéis sobre ações do Departamento em exposição



No Cyber, participantes conhecem e navegam pelos sistemas de informação desenvolvidos no Decit



Pesquisadores e gestores realizam mais uma etapa de revisão da ANPPS

Uma das atividades realizadas no Decit 10 anos reuniu pesquisadores de diversos estados brasileiros e representantes do Ministério da Saúde para dar continuidade ao trabalho de revisão da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS), iniciado em 2009. Foram apresentados e debatidos os resultados do processo de atualização e priorização da Agenda, desenvolvido pelos Grupos de Trabalhos (GTs) formados por especialistas e gestores das temáticas relativas a cada subagenda que compõe a ANPPS. Os participantes debateram questões como a amplitude do documento, a metodologia para revisão, o monitoramento dos resultados das pesquisas realizadas, a sobreposição de temas e a necessidade de análise do ordenamento das subagendas.

Eduardo Motta, coordenador da Subagenda 20, referente

ao tema “Gestão do Conhecimento e da Informação em Saúde”, destacou a importância do processo de revisão da ANPPS: “houve um salto, um amadurecimento muito grande com a ampliação de alguns temas, como telemedicina, e a inclusão de outros, como a comunicação e as novas mídias”.

Para o pesquisador da área de Saúde da Mulher, Guilherme Cecatti, “é um orgulho ter um departamento como o Decit”. Ele lembrou que poucos países desenvolvidos têm um sistema como o SUS que fomenta pesquisas prioritárias em saúde.

O diretor do Centro Cochrane do Brasil, Álvaro Atallah, classificou o trabalho do Decit como relevante para o País: “é importante termos essa iniciativa do Departamento em apoiar estudos que busquem as melhores evidências científicas”.

Processo de elaboração da ANPPS

A publicação da primeira versão da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) foi um marco para a área de ciência e tecnologia em saúde. A Política assumiu o papel regulador e normativo em todas as ações neste campo, no País. Outra ação importante, realizada em paralelo à elaboração da PNCTIS, foi a elaboração da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS), lançada em 2004. A Agenda tem como pressuposto apontar as principais necessidades nacionais e regionais de pesquisa em saúde e nortear a produção de conhecimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento das políticas sociais.

A ANPPS foi construída por meio de um processo composto por cinco etapas sucessivas. O primeiro passo foi solicitar a especialistas textos com o objetivo de apresentar aspectos relevantes da situação de saúde e das políticas de saúde, com base no conhecimento disponível, oferecendo informação atualizada para a tomada de decisão. Depois, foram definidas as subagendas em pesquisa que passaram a definir amplas áreas de pesquisa, envolvendo vários campos disciplinares que contemplam os diversos temas prioritários de pesquisa. Em seguida foram

definidos os temas de pesquisa durante o Seminário para Construção da Agenda, realizado em 6 e 7 de novembro de 2003, em Brasília. A metodologia utilizada no Seminário envolveu a realização de apresentações orais e plenárias para debate. Foram constituídos grupos de trabalho para discussão de cada subagenda, compostos por pesquisadores vinculados a instituições de ensino e pesquisa e gestores das três esferas políticoadministrativas do SUS. O passo seguinte foi submeter a Agenda à consulta pública, no período de 23 de março a 8 de maio de 2004, totalizando 2.500 acessos. Foram enviadas 600 contribuições para o elenco de subagendas, sistematizadas e integradas ao texto da Agenda apresentado na 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2ª CNCTIS).

Passados seis anos da primeira edição da ANPPS, identificou-se a necessidade de atualizá-la, visando a proposição de novas prioridades e, ainda, observando de que maneira as subagendas de pesquisa que constam na Agenda foram contempladas pelos editais lançados durante esse período.

Rede Nacional de Terapia Celular apresenta resultados parciais de 52 projetos de pesquisa com células-tronco

Nos dias 15 e 16 de dezembro, a Rede Nacional de Terapia Celular (RNTC), projeto financiado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), apresentou os resultados parciais dos 52 projetos de pesquisa com células-tronco integrantes da Rede.

A reunião contou com a participação dos coordenadores dos oito Centros de Tecnologia Celular (CTC's) que compõem a RNTC representantes do Decit e outras áreas do Ministério da Saúde, além de pesquisadores e participantes do evento. O objetivo do encontro, além de avaliar o andamento dos 52 projetos de pesquisa contemplados pelo Edital nº 17/2008, foi facilitar a troca de informações em relação às pesquisas em terapia celular que vêm sendo desenvolvidas no País.

Os projetos tiveram cerca de 20 minutos para apresentação e foram analisados por uma mesa julgadora composta por coordenadores dos CTC's da Rede. A coordenação da reunião ficou a cargo da consultora técnica da Coordenação-Geral de Fomento à Pesquisa do Decit, Greice Borghetti.

Na reunião, os pesquisadores compartilharam suas experiências e apresentaram os desdobramentos das pesquisas durante sua execução, apontando os fatores que facilitaram ou dificultaram o andamento dos projetos, além dos principais resultados alcançados, as contribuições científicas, tecnológicas e econômico-sociais e os desafios futuros. Os participantes ressaltaram a importância de um financiamento contínuo desses projetos pela RNTC e recomendaram, ainda, a realização de reuniões periódicas entre os membros da Rede.

Os 52 grupos que atualmente integram a RNTC desenvolvem projetos de pesquisa de natureza básica, pré-clínica e clínica em terapia celular. Passados cerca de 24 meses de contratação, essas pesquisas estão em fase de execução com finalização prevista para 2011.

Na análise da comissão julgadora, os resultados das pesquisas ainda são preliminares, mas já se revelam promissores em diversas áreas do conhecimento em saúde, com possibilidade de aplicação no SUS a médio e longo prazo. Os alvos terapêuticos são diversos, entre eles doenças neurológicas, cardíacas, gastrointestinais, renais e pulmonares, lesões medulares, musculares, ósseas e de cartilagem, deficiências auditivas e visuais, queimaduras cutâneas, diabetes e imunorregulação. Por outro lado, inúmeras pesquisas abordaram os processos de isolamento, expansão e diferenciação celular, merecendo destaque aquelas envolvendo o uso de células-tronco mesenquimais.

Células-tronco mesenquimais (*mesenchymal stem cell* – MSC) derivadas da medula óssea humana são um grupo de células clonogênicas, presentes no estroma da medula óssea, capazes de diferenciação em várias linhagens de células do tipo mesodérmico e, possivelmente, mas ainda parte de assunto controverso, em outros tipos celulares não mesodérmicos, como células neurais ou hepatócitos.

Como encaminhamentos, os pesquisadores sugeriram um seminário de avaliação final desses 52 projetos de pesquisa a ser realizado como atividade prévia ao VI Congresso Brasileiro de Células-Tronco e Terapia Celular, previsto para 28 de setembro a 1 de outubro de 2011, em Salvador (BA).

A Rede Nacional de Terapia Celular (RNTC) foi formada em 2008 a partir de um edital lançado em parceria pelo Ministério da Saúde e CNPq, com investimento de R\$ 11,5 milhões para o desenvolvimento dos projetos. Ela é constituída por oito centros de Tecnologia Celular situados em cinco estados brasileiros e 52 grupos de pesquisa. O principal objetivo é propiciar o trabalho em rede e gerar conhecimento científico, competência tecnológica e principalmente a independência brasileira para avançar nas pesquisas da área. A intenção é fazer com que o Brasil tenha infraestrutura de ponta para continuar progredindo nos estudos de terapia celular. A RNTC configura uma iniciativa inédita no mundo em termos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

Rede Nacional de Pesquisa Clínica elege novo centro coordenador

A Rede Nacional de Pesquisa Clínica (RNPC), projeto financiado pelo Decit e CNPq, reuniu no evento pesquisadores e centros que compõem a Rede para discutir o Regimento Interno da RNPC; a estruturação das sub-redes de Especialidades em Saúde; e a subagenda de Pesquisa Clínica na ANPPS. Além disso, foram anunciados na reunião o novo centro coordenador da Rede e o resultado do edital que vai financiar pesquisa clínicas em fases II e III.

Participaram do encontro 35 profissionais, entre pesquisadores da RNPC, um representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além de consultores técnicos na área de pesquisa clínica do Decit. A condução da reunião ficou a cargo da coordenadora de Pesquisa Clínica do Departamento, Ana Patrícia de Paula. A mesa de abertura contou com a presença da ex-coordenadora da RNPC e coordenadora do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, Nadine Clausell, e a representante da Coordenação de Pesquisa e Ensaios Clínicos da Anvisa, Marcia Scariot.

Na discussão do regimento interno da RNPC, pontos importantes foram relatados e algumas modificações foram realizadas e aprovadas pelos participantes, como por exemplo, expressar claramente o papel do centro coordenador da RNPC

na redação final do regimento, bem como as atribuições do vice-centro coordenador da Rede. As alterações foram encaminhadas para os 32 centros que compõem a Rede, pois nem todos estavam presentes na reunião.

O novo centro coordenador da RNPC eleito foi o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob responsabilidade do pneumologista Ricardo Amorim Corrêa. Já o centro vice-coordenador, de acordo com o critério de regionalidade, é o Hospital Universitário Oswaldo Cruz, coordenado por Moacir de Novaes, endocrinologista. Os participantes ressaltaram os desafios para o novo centro coordenador, que tem como uma de suas atribuições, apoiar o Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (Rebec), lançada também no evento, incentivando o registro de novos ensaios clínicos no Brasil.

O resultado da avaliação dos projetos de pesquisa clínica em fases II e III apresentados ao Edital nº 67/2010 financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do CNPq, e do Ministério da Saúde, por meio do Decit, também foi divulgado na reunião. Dos 14 projetos inscritos, três propostas foram selecionadas como finalistas. O recurso disponível para o Edital era de R\$ 10 milhões.

Em relação à estruturação das sub-redes, Ana Patrícia elencou as possíveis áreas de implementação: Pneumologia, Cardiologia, Ortopedia/Traumatologia e Oncologia. Os participantes, contudo, alertaram sobre a viabilidade e funcionalidade dessas sub-redes, sendo ponto capital que estas deverão ser vinculadas diretamente à RNPC e não funcionarem como estruturas autônomas, tendo em vista que seu papel é de fortalecer a Rede.

A Rede Nacional de Pesquisa Clínica foi criada em 2005, por meio da chamada pública [MCT/Finep/MS/SCTIE/Decit ação transversal – Implantação de Unidades de Pesquisa Clínica – 04/2005](#). Foram investidos R\$ 35 milhões para a criação ou consolidação de 19 centros de pesquisa clínica em hospitais de ensino no Brasil.

Em 2009, a RNPC foi ampliada, passando a ter 32 centros de pesquisa. O aumento no número de centros permitiu a ampliação das linhas de pesquisa necessárias para atender às demandas da Política Nacional de Saúde (PNS), da PNCTIS, da ANPPS e da Política Industrial e Tecnológica (PIT).

Atividade reúne gestores federais e estaduais do PPSUS

A reunião do Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS) contou com a participação de gestores estaduais das fundações de Amparo à Pesquisa, técnicos das secretarias Estaduais de Saúde, representantes do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), pesquisadores, coordenadores e técnicos da Coordenação-Geral de Fomento à Pesquisa em Saúde do Decit.

Durante a reunião foram debatidas questões relativas às diferentes etapas do PPSUS e os desafios encontrados, como a descentralização, a incorporação de tecnologias, a implementação dos resultados das pesquisas nos serviços de saúde e a divulgação do conhecimento científico obtido.

A coordenadora-geral de Fomento à Pesquisa em Saúde, Márcia Motta, apresentou o panorama e a evolução do Programa. Destacou a inserção do Conasems e do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) nos processos de trabalho do PPSUS, enfatizou a importância da participação dos gestores estaduais para enfrentar os desafios e da incorporação e divulgação dos resultados de pesquisa.

Suzanne Serruya, representante da Opas, ministrou palestra sobre as prioridades de pesquisa em saúde no PPSUS. Ela lembrou o histórico do fomento à pesquisa em saúde no Brasil, com a apresentação de momentos importantes para a trajetória do Decit como a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde; o estabelecimento do convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia; a instituição da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e a pactuação federativa com as secretarias de Saúde, de Ciência e Tecnologia e fundações de amparo à pesquisa. Suzanne destacou ainda a importância da definição do perfil epidemiológico nas diferentes regiões brasileiras, considerando a transição epidemiológica e demográfica, em um contexto de globalização.

Como desafio no processo de definição de prioridades, a ex-diretora do Decit apontou o “reconhecimento da



Gestores e pesquisadores fazem balanço das atividades do PPSUS

importância dos valores, crenças e estruturas de poder, descobrindo como esses fatores afetam a sociedade em geral e a saúde”. Ela também enfatizou a importância da utilização da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e a necessidade de buscar o consenso entre a esfera política e a base técnica.

Luis Eugenio Portela de Souza, que também atuou como diretor do Decit e hoje integra o corpo docente da Universidade Federal da Bahia, participou das atividades do PPSUS durante o evento com a palestra “Implementação dos resultados das pesquisas em saúde na gestão e nos serviços”. Ele apontou as dificuldades desse trabalho, como a complexidade das organizações de saúde e a incapacidade de resposta da ciência para todas as perguntas do gestor. Os avanços da área também foram citados, como o movimento da medicina baseada em evidências, aderido pela gestão que, hoje, busca o trabalho baseado em evidências científicas e também pelo SUS que aplica o conhecimento adquirido com os resultados das pesquisas. Luis Eugenio finalizou reforçando a necessidade do trabalho compartilhado entre população, governo e academia lembrando que “o compromisso de incorporação dos resultados das pesquisas é responsabilidade do gestor, do pesquisador e da população”.

Seguindo a mesma linha, Jorge Barreto, representante do Conasems, apresentou a palestra “Promovendo o uso de evidências em sistemas locais de saúde - relato de experiência”. Jorge relatou a experiência do município de Piriá (PI) com o uso de evidências científicas na gestão da saúde local.

A sala temática do PPSUS encerrou suas atividades com uma mesa-redonda sobre experiências de sucesso do Programa. Nelson Albuquerque de Souza e Silva, professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, falou da experiência do Programa no Estado e da importância do PPSUS para o fomento à pesquisa em saúde na Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro. Harley Wagner, da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentou os resultados do trabalho “Sistema para avaliação de indicadores sobre câncer de pele no Estado de Santa Catarina utilizando Tele dermatologia”, financiado pelo PPSUS em Santa Catarina. O projeto gerou a incorporação da telemedicina à rede estadual de saúde em grande parte dos municípios do estado. Por fim, Nilza Maria Martins Amaral, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), mostrou a experiência “A gestão das pesquisas para o SUS em Alagoas”. Ela destacou a evolução do Programa no Estado e os mecanismos utilizados para o fortalecimento contínuo do PPSUS.

Ao final, foi proposta a realização de uma oficina para promover a troca de experiências entre as unidades da Federação, com a participação de gestores e pesquisadores. A ideia é apresentar experiências de sucesso e modelos de incorporação dos resultados e tecnologias em saúde com aplicabilidade no SUS.

Integrantes da Rebrats debatem perspectivas para os próximos anos

Em reunião durante o evento Decit 10 anos, integrantes da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologia em Saúde (Rebrats) realizaram um balanço sobre o processo de ampliação da Rede e debateram perspectivas para os próximos anos. Participaram da atividade representantes do Comitê Gestor da Rebrats, dos Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde em hospitais de ensino (Nats), da Opas e de secretarias Estaduais de Saúde.

Durante a abertura, a coordenadora-geral da área de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), Flávia Elias, ressaltou a importância da definição de um plano de trabalho estratégico que sirva de subsídio para a próxima gestão da ATS. Posteriormente, integrantes de três grupos de trabalhos da Rede discutiram as atividades desenvolvidas durante o ano de 2010 e encaminharam propostas.

O Grupo de Trabalho de Priorização e Fomento de Estudos lembrou a publicação do edital MS-SCTIE-DECIT/CNPq Nº 69 de 2010 feito em parceria com o CNPq, e que financiou projetos voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico do País e ao fortalecimento da Rebrats. A idealização do edital, que investiu dois milhões de reais, foi uma das principais iniciativas do GT no ano passado.

Os integrantes do Grupo também encaminharam proposta para criação de um banco de dados com revisores *ad hoc* e avaliadores para o julgamento de projetos de editais financiados pelo Decit na área de ATS. O GT ainda propôs que seja formalizada uma parceria com o CNPq para a criação de bolsa de produtividade e desenvolvimento tecnológico em ATS.

O Grupo de Desenvolvimento e Avaliação Metodológica ressaltou que a principal atividade do GT foi a edição de Pareceres Técnico-Científicos cadastrados no Sistema de Informação da Rebrats (Sisrebrats). Entre as sugestões apresentadas pelo grupo, está a necessidade de ajustes do aplicativo eletrônico da Rebrats e a criação de uma Comissão Científica para a Rede.

O GT de Formação e Educação Continuada debateu a formação de um Comitê Gestor dos Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde (Nats) em hospitais de ensino. Os Nats se comprometeram a discutir e elaborar atribuições deste Comitê Gestor para, posteriormente, decidir qual será sua composição. Foi definido que o Comitê será responsável por realizar visitas técnicas para monitoramento e avaliação do desenvolvimento institucional dos Nats.

A Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde foi lançada em 2008 e tem como objetivo difundir e promover a área de Avaliação de Tecnologia em Saúde no Brasil. A Rede realiza a integração entre pesquisa, política e gestão, fornecendo subsídios para decisões de incorporação, monitoramento e abandono de tecnologias utilizadas nos sistemas de saúde.

A Rebrats é gerida pelo Ministério da Saúde, por meio do Decit. As atividades da rede são desenvolvidas

por cinco grupos de trabalho:

- Priorização e Fomento de Estudos no Campo de ATS;
- Desenvolvimento e Avaliação Metodológica em ATS;
- Formação Profissional e Educação Continuada;
- Monitoramento do Horizonte Tecnológico;
- Disseminação e Informação.

Para mais informações sobre a rede, acesse www.saude.gov.br/rebrats

Espaço Gestão do Conhecimento reafirma importância das competências conversacionais e da comunicação em saúde



Palestrante provoca participantes a refletirem sobre o que é comunicação em saúde

A Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento do Decit apresentou um debate informal no último dia do evento, 17 de dezembro, com convidados especializados na área de comunicação em saúde e gestão do conhecimento. No primeiro momento, o professor do mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação da Universidade Católica de Brasília (UCB) Gentil Lucena Filho falou sobre a importância das competências conversacionais para a gestão do conhecimento e para a aprendizagem organizacional. Lucena vem se dedicando nos últimos anos a disseminar a pesquisa e a prática de *coaching* e de competências conversacionais em instituições brasileiras.

Em sua apresentação, o professor afirmou que na sociedade atual, considerada tipicamente uma sociedade do conhecimento, todos somos, em maior ou menor escala, trabalhadores do conhecimento. Lucena provocou os participantes e perguntou: “Já que nosso trabalho não é manual, ele não pode ser quantificado, então, como podemos saber se estamos sendo produtivos?”. Com intuito de responder a essa indagação, o professor mostrou modelos mentais que facilitam e medem as competências conversacionais, e como a gestão do conhecimento está presente em nossas rotinas de trabalho e de vida. “A tecnologia básica da gestão do conhecimento são as conversas. A falta dessas competências conversacionais

gera os atritos do dia a dia que estamos acostumados a presenciar. Muita gente tem conhecimento, mas não sabe o que fazer com ele. Em alguma medida, somos incompetentes conversacionalmente”.

Para o professor, observar e analisar os tipos de conversações que definem uma organização deixa de ser uma mera curiosidade e passa a ser decisivo para o sucesso e futuro desta. “Que conversações faltam? ou Que conversações estão sobrando?”, por exemplo, passam a ser perguntas-chave face aos objetivos que se colocam e que se busca realizar”, destacou o professor.

Em linguagem descontraída e dinâmica, a comunicóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB), Valéria Mendonça, tratou do tema “Informação e comunicação em saúde: desafios para a gestão do conhecimento”. Valéria ressaltou a importância da linguagem objetiva e clara, principalmente na área da saúde que lida com vários grupos de classes culturais e econômicas distintas. “A linguagem objetiva é um tipo de comunicação onde a sua audiência é capaz de entender a mensagem na primeira vez que leu ou ouviu. A comunicação efetiva depende da linguagem adequada para cada um dos públicos envolvidos no projeto”.

A comunicóloga ainda trouxe vários conceitos de autores sobre a comunicação em saúde. Para a autora Virginia Silva Pintos, a comunicação para a Saúde não se refere apenas a divulgação e análise de informações - geralmente designada para a atividade de jornalismo científico ou jornalismo especializado em saúde, mas também se refere à produção e aplicação de estratégias comunicacionais, massivas e comunitárias - orientadas à prevenção, à proteção da saúde e promoção de estilos de vida saudáveis, assim como ao desenho e implementação de políticas de saúde e educação globais”. Valéria ainda acrescentou que a comunicação em saúde pública pode ser definida como o uso de técnicas de comunicação e tecnologias para (positivamente) influenciar os indivíduos, populações e organizações com o propósito de promover condições propícias para a saúde humana e ambiental.



Equipe de Gestão do Conhecimento debate sobre a importância do diálogo no ambiente de trabalho e no dia a dia

Pesquisador apresenta evolução da pesquisa em Doenças negligenciadas no Brasil

A reunião temática sobre “Pesquisa em Doenças Negligenciadas” foi coordenada pela diretora do Decit, Leonor Pacheco, e pela coordenadora-geral de Fomento à Pesquisa do Decit, Márcia Motta. Durante o evento, o pesquisador Carlos Morel fez uma apresentação do histórico da pesquisa em **doenças negligenciadas** no Brasil e mostrou como estão caminhando os projetos da área. Ele ressaltou que houve uma mudança de paradigma e, hoje em dia, a saúde não é mais vista apenas como consequência do desenvolvimento, mas também como requisito. “Esse quadro demonstra a necessidade de dedicar mais atenção às doenças negligenciadas”, ratificou.

Os participantes também debateram sobre as principais dificuldades enfrentadas e alternativas para o desenvolvimento e o fortalecimento da pesquisa voltada para o tema no País. Carlos Morel acredita que “está na hora de pensar em um papel internacional mais ativo para esta área da pesquisa brasileira”.

As doenças tropicais como malária, doença de Chagas, leishmaniose visceral (LV), filariose linfática, dengue e esquistossomose são algumas das principais causas de morbidade e mortalidade em todo o mundo. Estas doenças integram o grupo das doenças negligenciadas que atingem milhões de pessoas e representam uma necessidade médica importante.

As doenças negligenciadas não só prevalecem em condições de pobreza, mas também contribuem para a manutenção do quadro de desigualdade à medida que representam forte entrave ao desenvolvimento dos países. As áreas de maior ocorrência são regiões de difícil acesso, com dificuldade ou ausência de acesso à rede de serviços e aos programas de saúde.

Desafios para o estudo em rede é tema de reunião

No dia 17 de dezembro, em uma das salas temáticas do evento Decit 10 anos houve o debate sobre o tema “Desafios de estudos em rede”. A reunião foi conduzida pela coordenadora-geral de Fomento à Pesquisa do Decit, Márcia Motta, e contou com a participação de representantes das redes Nacional de Pesquisa Clínica (RNPC), Nacional de Terapia Celular (RNTC), Dengue e Malária. Eles apresentaram o trabalho desenvolvido pelas redes, as principais dificuldades e pontos fortes dessa nova forma de fazer pesquisa, envolvendo diversas instituições.

Márcia Motta enfatizou que “o Ministério da Saúde espera que as redes compartilhem expertises e utilizem os recursos investidos para realizar os estudos de maneira a dividir ou disseminar o conhecimento”.

O coordenador da RNPC, Carlos Caramori, destacou o desafio do trabalho organizado em rede e os avanços alcançados. “O trabalho em rede tem sido construtivo, houve compartilhamento de competências e, hoje, pensamos mais no desenvolvimento da pesquisa clínica com a qualificação de recursos humanos, na formação de sub-redes e na priorização do trabalho de acordo com a ANPPS”, afirmou.

Durante a reunião também foram destacados alguns benefícios trazidos pelo trabalho envolvendo instituições e pesquisadores de diferentes regiões, como a melhoria de capacitação de recursos humanos e a troca de experiências e conhecimentos entre os diferentes centros da RNPC, por

exemplo. Já a RNTC foi citada por ter o importante papel na orientação e informação da sociedade de forma clara e objetiva sobre o campo da terapia celular.

Como pontos importantes para o futuro do trabalho realizado por essas redes, foram citados: a priorização do trabalho de acordo com a ANPPS, a necessidade de fortalecer a interação entre a Rede Dengue e a Rede Malária com a pesquisa clínica e a importância da capacitação de gestores para avaliação de tecnologias, negociação e construção de patentes.

Representando a RNTC, o coordenador Antônio Carlos Campos de Carvalho apresentou o histórico da Rede desde sua constituição, em 2008, e destacou o projeto dos Centros de Tecnologia Celular (CTCs) como um de seus principais avanços. “Os CTCs tem como objetivo principal preparar o País para produzir células-tronco de várias formas em boas práticas de cultivo e fabricação, para que qualquer uma delas que apresente potencial terapêutico possa ser produzida e distribuída tanto para a rede pública de saúde como para a rede privada”, ressaltou. Para ele, o trabalho em rede está funcionando bem, embora ainda seja necessário fortalecer a interação entre os institutos que compõem a RNTC.

Carvalho também apontou alternativas para estimular o trabalho compartilhado, como a criação de uma estrutura com condições que permitam aos pesquisadores de todo o País utilizá-la para trabalhar de maneira integrada.

A Rede Malária e a Rede Dengue foram representadas por Ana Lúcia Assad, coordenadora-geral da Assessoria de Cooperação Nacional do CNPq, que gerencia as duas redes. Nesse âmbito, ela destacou o trabalho de formação de recursos humanos, distribuídos entre as instituições parceiras, e a capacitação de gestores para lidar com contratos e patentes. Para ela, “o trabalho em rede representa, também, um aprendizado constante para saber como transformar o trabalho em ações efetivas”.

Ana Lúcia alertou para a necessidade de desenvolver estudos e pesquisas que envolvam instituições de diferentes estados brasileiros e de fortalecer as redes existentes: “é preciso buscar mais integração entre os participantes da Rede Malária e da Rede Dengue, como também fazer contato com outros grupos”.

Rede Malária - Fruto de mais uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por intermédio do CNPq, com as fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo. O edital foi lançado em abril de 2009 para promover a formação de uma rede inter-regional de pesquisas sobre malária, uma doença negligenciada. A iniciativa selecionou 17 grupos de pesquisa para compor a rede.

Rede Dengue - A Rede Dengue foi criada com a publicação do Edital Dengue CNPq N° 073/2009 – PRONEX. Dos 42 projetos submetidos ao edital, 15 foram selecionados de acordo com critérios estabelecidos pelo CNPq e pelas FAPs de abrangência nacional.

Foram investidos mais de R\$ 22 milhões com objetivo de financiar pesquisas referentes a questões epidemiológicas, pré-clínicas e clínicas com objetivo de buscar soluções para os problemas de saúde pública decorrentes da dengue. Os 15 projetos se distribuem entre investigações de epidemiologia e controle da infecção e estudos pré-clínicos para a busca de vacinas e substâncias com potencial para o combate à doença.

Decit faz balanço de parcerias institucionais

Em atividade que discutiu as parcerias institucionais desenvolvidas pelo Decit, representantes do CNPq, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Opas fizeram um balanço dos principais projetos realizados conjuntamente entre as instituições e o Departamento. O encontro foi mediado pela diretora do Decit, Leonor Pacheco.

Ana Lúcia Assad, representando o CNPq, salientou que as parcerias entre o conselho e o Decit são um aprendizado coletivo entre os atores envolvidos. Ela acredita que essas relações institucionais serão fortalecidas e se consolidarão, nos próximos anos, como ferramenta estratégica para a obtenção de resultados positivos em pesquisa na área da saúde. Assad lembrou que por intermédio dessas parcerias surgiram diversos editais temáticos, em áreas fundamentais para o desenvolvimento da saúde no País, como células-tronco, doenças negligenciadas e temas relativos à ANPPS.

A representante do CNPq disse que a criação de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) e redes de pesquisa, como a Rede Dengue e a Rede Malária, também foram resultados importantes dessa cooperação.

O representante da Finep, Gilberto Soares, lembrou que a financiadora sempre considerou a área de saúde como uma de suas prioridades. Ele ressaltou a importância do Fundo Setorial de Saúde, que realiza diversas chamadas públicas por meio de parcerias desenvolvidas entre Ministério da Saúde e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Flávia Poppe, da Opas, iniciou sua fala parabenizando o Decit pelos seus 10 anos e salientou a importância da cooperação da Organização com o Departamento no desenvolvimento da saúde. “Ser parte integrante das parcerias entre o Decit e a Opas para mim é uma grande honra”, afirmou.

Expediente

O Informe **Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde** é produzido pela Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, do Ministério da Saúde. O Informe conta com a cooperação técnica da Unidade Técnica de Medicamentos, Tecnologia e Pesquisa da Representação da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil.

MINISTRO DA SAÚDE

Alexandre Padilha

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS

ESTRATÉGICOS

Carlos Gadelha

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Leonor Maria Pacheco Santos

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA

FARMACÉUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

José Miguel do Nascimento Júnior

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL

E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Zich Moysés Júnior

COORDENADORA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Gilvania Melo

DESIGN / DIAGRAMAÇÃO:

Gustavo Veiga e Lins

REPORTAGEM:

Cecília Melo, Thainá Salviato e Wesley Kuhn

FOTOS: Guilherme Kardel

COLABORAÇÃO: Equipe técnica do Decit

CONTATO: decit@saude.gov.br

61 3315-3298 ou 3466

Secretaria de Ciência,
Tecnologia e Insumos
Estratégicos

Ministério
da Saúde

